

Por Débora Soares



Segue a todo vapor o trabalho do GT Ad-Hoc Boas Práticas para Investimentos em FIPs. O grupo trabalha nos ajustes finais de um Guia que conterá orientações sobre as principais questões a serem consideradas pelos dirigentes antes e após o investimento nessa classe de ativos pelas entidades fechadas de previdência complementar.

O GT conta com a participação de 10 profissionais de diferentes áreas, incluindo dirigentes de EFPCs, especialistas em investimentos e especialistas em aspectos legais, que estão elaborando a obra de forma coletiva. O grupo é acompanhado por um representante da Previc.

“A ideia é lançar um Guia com o selo de qualidade Abrapp que nos dê as melhores práticas e aprendizados de experiências vividas para que possamos voltar a ter a discussão sobre FIPs em nosso setor”, resume Sérgio Wilson Ferraz Fontes, Diretor Executivo da Abrapp. “Cada entidade vai rodar o seu ALM (Asset Liability Management), fazer suas análises e decidir investir ou não, como em qualquer outro ativo”.

Resgate da discussão - Sérgio Wilson nota que há EFPCs que possuem restrições ao investimento no veículo Fundos de Investimento em Participações - FIPs, em razão de experiências negativas, poucas, mas que marcaram esse tipo de investimento. “Mas não se pode ficar assim para o resto da vida. Então, a Abrapp, com coragem, está tentando trazer essa discussão para o setor e, por que não dizer, para o mercado como um todo”.

Os investimentos em private equity, através do veículo FIP, possibilitam um prêmio importante em relação ao mercado de ações, além de ampliar o leque de indústrias disponíveis para investir. “É importante fazer essa discussão, não apenas para nós, os investidores institucionais, mas para o País porque significa trazer o capital de longo prazo para investir na expansão da economia, em novos negócios”, completa Sérgio.

Objetivo e estrutura do Guia - A professora Arlete Nese, consultora do GT Ad-Hoc, reforça que o objetivo do Guia não é incentivar o investimento em uma determinada classe, mas orientar e dar recomendações sobre como avaliar ou considerar essa classe de ativos nas carteiras das EFPCs. “Sabemos que as entidades fechadas têm uma regulação própria e um propósito diferente de um family office, uma seguradora ou um endowment. O propósito é pagar benefícios hoje e no futuro”, ressalta Arlete.

Ela lembra que o FIP integra uma classe alternativa de investimentos pela iliquidez, sem previsibilidade de resultado e que pode comportar diferentes classes de ativos. “Dentro de FIP você pode investir em empresas de capital fechado, desde um negócio nascente até uma empresa madura, você tem gestores especializados nos diferentes momentos dessas empresas e que vão ajudar a companhia ir para um outro patamar, uma outra escala de governança e de resultados. Mas dentro deste mesmo veículo você pode ter ativos reais, como infraestrutura e florestas”, explica a especialista.

Como investir nessa classe tendo em vista o horizonte de longo prazo das EFPCs? Segundo Arlete, o Guia trará orientações que vão desde a explicação conceitual da classe, aspectos legais e normativos, as motivações para investir ou não, os aspectos a considerar antes da decisão, formas de acesso, seleção dos gestores, modelos de acompanhamento e mecanismos de saída.

“O Guia não será um Código; ele compartilha boas práticas para essa classe. Nós já temos um Código de Autorregulação robusto, que é o de Governança em Investimentos, que dá todo o detalhamento do processo de investimento e do cuidado que as entidades devem ter, conforme seu porte e complexidade”, completa Arlete.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 09.11.2021.